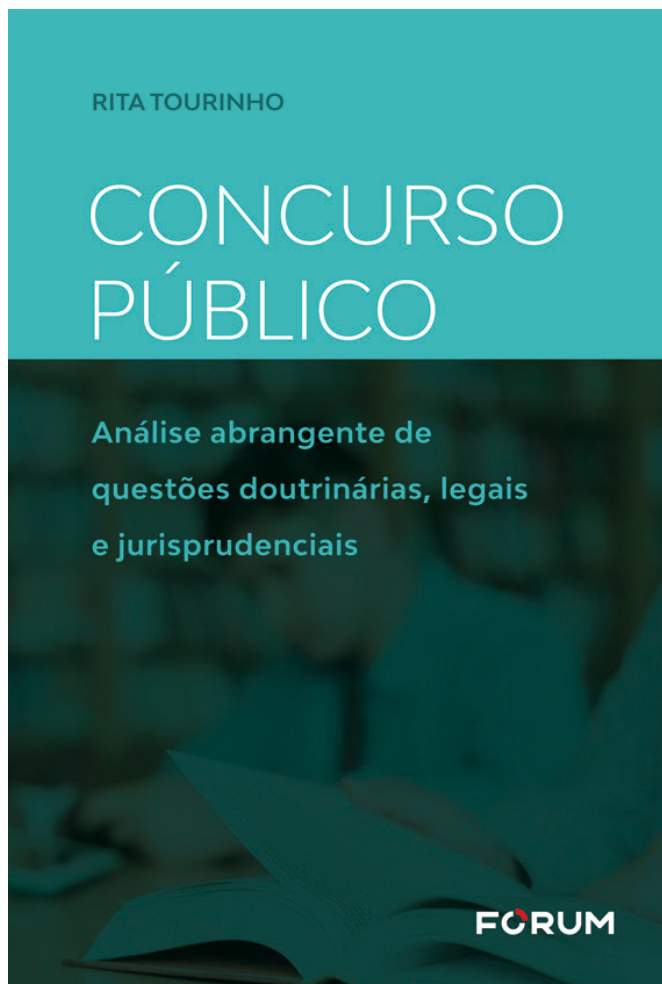


Rita Tourinho



# CONCURSO PÚBLICO

## Análise abrangente de questões doutrinárias, legais e jurisprudenciais

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO PÚBLICO

Esta obra objetiva possibilitar o entendimento e o consequente controle de todas as questões relacionadas à realização do concurso público. Abordando desde a decisão administrativa de formalização do processo seletivo até a efetiva realização das provas, com a divulgação dos resultados, analisa ainda as formas de controle do certame concursal, inclusive a viável incidência da Lei de Improbidade Administrativa àqueles responsáveis pela sua condução.

Toda a análise é pautada em posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre a matéria, de modo a propiciar grande contribuição aos envolvidos na elaboração do concurso público e àqueles que atuam no controle do processo concursal, sem esquecer, é claro, dos que participam do processo seletivo na condição de candidato.

**Público-alvo/consumidores**

PESSOAS QUE TRABALHAM NA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E EM ÓRGÃOS  
DE CONTROLE, COMO MINISTÉRIO  
PÚBLICO E TRIBUNAL DE CONTAS.  
TAMBÉM ADVOGADOS QUE MILITAM  
EM MANDADOS DE SEGURANÇA  
CONCERNENTES A CONCURSOS PÚBLICOS.  
A TEMÁTICA É BEM ABRANGENTE..

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001642



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO I	
CONCURSO PÚBLICO: GARANTIAS PRINCÍPIOLÓGICA E CONSTITUCIONAL .....	17
1.1 O processo seletivo para ingresso no serviço público .....	17
1.2 Natureza jurídica do concurso público.....	22
1.3 O concurso público como processo garantidor de princípios administrativos.....	25
CAPÍTULO II	
DAS EXCEÇÕES CONSTITUCIONAIS À OBRIGATORIEDADE DO CONCURSO PÚBLICO .....	37
2.1 Noções introdutórias .....	37
2.2. Exigência do concurso público no âmbito da Administração indireta: a situação das empresas estatais exploradoras de atividade econômica e dos conselhos de fiscalização profissional.....	37
2.3. Dos cargos em comissão .....	42
2.4. Da contratação temporária de excepcional interesse público .....	47
2.5 Outras exceções à regra do concurso público .....	53
CAPÍTULO III	
BURLA À REGRA DO CONCURSO PÚBLICO ATRAVÉS DO PROVIMENTO DERIVADO .....	57
3.1. Provimentos originário e derivado.....	57
3.2. A regra do concurso público frente aos tipos de provimento.....	59
3.3 Do concurso interno.....	61
3.4 A terceirização como burla à regra do concurso público .....	64
CAPÍTULO IV	
DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO.....	69
4.1 Do processo licitatório: antecedente necessário aos contratos administrativos .....	69
4.2 A contratação direta de empresas para realização de concurso público .....	71
4.3 Da licitação para contratação de empresa voltada à realização de concurso público .....	80
4.4 Do projeto básico e o consequente contrato: busca da eficiência .....	86
CAPÍTULO V	
DOS REQUISITOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E AS EXIGÊNCIAS PARA A INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS.....	91
5.1 Aspectos gerais.....	91
5.2 Da criação de cargos e empregos públicos.....	92
5.3 Da constituição da banca examinadora .....	96
5.4 Das exigências para inscrição em concurso público .....	101
5.4.1 Do edital de concurso.....	101
5.4.2 Das exigências referentes à pessoa do candidato.....	104
5.4.3 Do pagamento do valor da inscrição.....	114

CAPÍTULO VI	
DAS FASES DO CONCURSO PÚBLICO: O DIREITO À	
NOMEAÇÃO E O CADASTRO DE RESERVA .....	
	121
6.1	Aspectos introdutórios.....
	121
6.1.1	Da abertura do concurso público.....
	121
6.1.2	Do deferimento das inscrições .....
	123
6.2	Das provas do concurso público .....
	125
6.2.1	Questões vinculadas à realização das provas .....
	133
6.3	Da análise dos títulos e outras possíveis fases do
	certame.....
	138
6.4	Da divulgação dos resultados e homologação do
	concurso.....
	143
6.5	Do direito à nomeação .....
	145
6.6	Do concurso para cadastro de reserva .....
	150

CAPÍTULO VII	
RESERVA DE VAGAS EM CONCURSO PÚBLICO	
E AÇÕES AFIRMATIVAS .....	
	153
7.1	Da perspectiva do princípio da igualdade frente às
	desigualdades .....
	153
7.2	Das ações afirmativas .....
	155
7.3.	Da pessoa com deficiência e a sua especial proteção.....
	157
7.4	Reserva de vagas em concurso público para pessoas
	com deficiência como ação afirmativa .....
	159
7.5	Outras ações afirmativas .....
	165

CAPÍTULO VIII	
DA EXTINÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO E O DESVIO	
DE FINALIDADE NA REALIZAÇÃO DE NOVO CERTAME	
NO PRAZO DE VALIDADE DE CONCURSO ANTERIOR:	
QUESTÕES CORRELATAS .....	
	171
8.1	Da anulação de atos e procedimentos administrativos.....
	171
8.1.1	Do processo invalidador do concurso público e seu
	limite temporal .....
	176
8.1.2	Dos efeitos da invalidação do concurso público e o direito
	à indenização .....
	180
8.2	Da convalidação do concurso público .....
	185
8.3.	Da revogação do concurso público: limites e
	consequências .....
	188
8.4	Do prazo de validade do concurso público e o desvio
	de finalidade na abertura de novo certame concursal.....
	195
8.5	Realização de concurso público em ano eleitoral.....
	200

CAPÍTULO IX	
O CONTROLE DOS ATOS DE ADMISSÃO	
NO SERVIÇO PÚBLICO .....	
	207
9.1	Noções introdutórias .....
	207
9.2	O controle administrativo do concurso público .....
	210
9.2.1	O recurso administrativo como meio de impugnação
	do concurso público.....
	211
9.3	O controle exercido pelos Tribunais de Contas nos
	concursos públicos .....
	216
9.4	Meios de controle jurisdicional do concurso público .....
	220
9.4.1.	Extensão do controle jurisdicional da atividade
	administrativa.....
	220
9.4.2	O mandado de segurança como meio de controle do
	concurso público .....
	225
9.4.3	Da ação popular no controle do concurso público.....
	236
9.4.4	A ação civil pública na impugnação do certame
	concursal.....
	241

9.5	O controle externo do concurso público exercido pelo Ministério Público através de instrumentos extrajudiciais.....	252
9.5.1	Do inquérito civil .....	253
9.5.2	Da recomendação.....	255
9.5.3	Do termo de ajustamento de conduta – TAC.....	258

## CAPÍTULO X

VÍCIOS DO CONCURSO PÚBLICO ENQUADRADOS COMO ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....		263
10.1	Considerações gerais sobre a Lei de Improbidade Administrativa.....	263
10.2	Do agente ativo da improbidade administrativa no concurso público .....	266
10.3	Dos tipos de improbidade administrativa vinculados ao concurso público .....	271
10.3.1	O enriquecimento ilícito em face do concurso público .....	272
10.3.2	O prejuízo ao erário vinculado ao concurso público .....	277
10.3.3	A violação de princípios e o certame concursal .....	283
10.4	Das sanções aplicadas aos atos de improbidade administrativa decorrentes do concurso público e a possibilidade de formalização de compromisso de ajustamento de conduta .....	292
REFERÊNCIAS .....		305